

Coleção Entender
Rio de Janeiro: Planeta Gay Books, 1998.

Orientação Sexual

Cristina Câmara

Orientação Sexual

Orientação sexual é uma expressão de uso cada vez mais freqüente no Brasil, que indica uma referência identitária e/ou um modo de vida diretamente associado à sexualidade. Não se confunde com a idéia de opção ou preferência sexual por não se tratar de uma escolha consciente. É apreendida antes de mais nada como um desejo individual. Inicialmente de uso corrente na literatura gay, essa expressão gradativamente passou a ser assimilada pela literatura acadêmica mais ampla e pela linguagem jornalística. Especialmente nos grandes centros urbanos dos países ocidentais industrializados, nos quais o movimento de gays e lésbicas gera repercussões e já se consolidou como ator social no amplo leque das discussões democráticas, junto a grupos de indivíduos como o das mulheres e o dos negros.

A orientação sexual procura abranger as noções de homossexualidade, heterossexualidade e bissexualidade ao mesmo tempo que as redimensiona. A expressão ficou associada ao movimento de gays e lésbicas por ter começado a ser empregada e até reivindicada por ele, no entanto sua abrangência o ultrapassa e o amplia. As discussões internas ao movimento apresentam as vivências e reflexões de alguns indivíduos, mas se desdobram em possibilidades de novos caminhos para muitos outros e contribuem para um ambiente favorável à diversidade na vida em sociedade. Os movimentos sociais são espaços que retratam anseios individuais, de classes, de categorias, mas também podem oferecer projetos de sociedade baseados na liberdade, na igualdade e na justiça social. O movimento organizado de gays e lésbicas atende aos interesses de seus membros, mas também contribui para mudar as imagens que predominam sobre a homossexualidade e as situações preconceituosas e discriminatórias existentes.

Crime, doença ou pecado?

A sexualidade nas sociedades ocidentais tem por norma a heterossexualidade, atendendo ao modelo monogâmico de família. Os que não se adequam às normas predominantes tendem a ser considerados, e por vezes se consideram, como desviantes, marginais, diferentes ou ainda, como não aprovados moralmente. O ordenamento jurídico, a racionalidade médica e os mitos cristãos são exemplos de quadros de referência que explicam a organização da sociedade. Em se tratando da homossexualidade, sua explicação sob estas três referências em grande medida segue sendo negativa, respectivamente o crime, a doença e o pecado. Elas ocupam lugares importantes na sociedade, na medida em que procuram oferecer elementos explicativos sobre o ser/estar no mundo. O simbolismo que envolve cada campo de referência não só contribui para informar a visão de mundo de seus partidários, como constrói representações coletivas a respeito. Em outras palavras, todos os indivíduos de alguma maneira são influenciados pelas imagens que predominam em determinada época.

Alguns indivíduos ao se sentirem desfavoravelmente apresentados no cotidiano, sem encaixes, sem referências, sem interlocuções, sem identificações que lhes garanta algum tipo de reconhecimento social, procuram reinformar, reconstruir alternativas à desigualdade e à conotação pejorativa que recebem pessoalmente. A rerepresentação de si como gay, por exemplo, pode ocorrer individualmente através de canais que perpassam as relações que estabelecem com as pessoas mais próximas. Mas, esta mobilidade individual é mais ou menos produtiva dependendo do meio social e da associação entre variáveis como as que indicam as representações partilhadas com as outras pessoas, níveis de instrução, diferenças de gerações, níveis de renda etc. Muitos afirmam que as relações mais próximas são as mais difíceis de serem reinventadas e vêem a participação num grupo organizado como a possibilidade de encontrar pessoas que vivem experiências semelhantes e que poderiam contribuir para a auto-reflexão e oferecer novas possibilidades de relações com as pessoas com as quais convivem.

Ajuda mútua e inserção social

Além do espaço, fundamental, de ajuda mútua que um grupo organizado pode oferecer, estão presentes também determinados desafios coletivos. Podem ser desafios quanto à emancipação sexual, à ação política, às denúncias de violência, desafios que possuem um caráter negativo – agem dentro de um cenário constituído - porque procuram oferecer respostas às discriminações e às exclusões sociais que sofrem os membros do grupo. A resistência aos preconceitos, a valorização da auto-estima e da ajuda mútua cria um elo entre os indivíduos e vincula diretamente a reivindicação do grupo aos anseios daqueles que dele participam.

Ao longo dos anos, o movimento de gays e lésbicas vem construindo uma proximidade entre as demandas individuais e as questões consideradas prioritárias no grupo, uma tendência que aparece também em outros tipos de organizações. Há uma dimensão conflituosa e ao mesmo tempo frutífera ao se procurar apresentar um movimento que é cada vez mais diverso internamente. As respostas às discriminações e às exclusões sociais, portanto, são únicas e extremamente diversificadas entre si.

Ao estarem conscientes das diversas esferas simbólicas que informam as concepções sobre a homossexualidade, os grupos organizados também procuram saídas. Estas saídas visam romper com a lógica da repressão sexual, que é subjetivamente apreendida. A expressão orientação sexual oferece uma alternativa, neste caso com um caráter afirmativo, porque é propositiva. Ela não só rejeita as associações entre a homossexualidade e as idéias de crime, pecado ou doença, mas possibilita a construção de um lugar socialmente possível para as relações afetivas entre pessoas do mesmo sexo. Ressalte-se que os preconceitos são construídos simbolicamente e as respostas a eles precisam ocorrer no mesmo plano. Inegavelmente, o movimento organizado de gays e lésbicas cria novos valores ao introduzir no jogo concorrencial de imagens a idéia da orientação sexual. A orientação sexual retrata o lugar que o movimento ocupa e o diálogo que estabelece com seus interlocutores/opositores.

No Brasil

No caso específico do Brasil, o debate sobre a orientação sexual ganha visibilidade em 1984, quando se discute a inclusão da mesma no Código de Ética do Jornalista. Nesse momento, não havia clareza por parte do movimento do porque da expressão orientação sexual, de uso corrente em diversos países, e alguns grupos organizados na época, especialmente o Triângulo Rosa, no Rio de Janeiro, e o Lambda, em São Paulo, procuraram alimentar o debate suscitando a participação de outros grupos, inclusive fazendo consultas sobre a expressão a diversos intelectuais. Procurava-se uma expressão com um caráter genérico, de uso corrente e que possibilitasse a inserção social da demanda do movimento organizado, por isto seu papel propositivo.

A orientação sexual passa a ser utilizada quase como uma variável, pois em determinado momento ela é diferenciada de «sexo» para justificar porque a reivindicação do movimento não estava contemplada nas referências formais existentes, nos códigos e leis. A discussão durante a votação do Código de Ética do Jornalista foi importante no amadurecimento do debate, retomado de forma mais consistente no processo da Assembléia Nacional Constituinte, durante o ano de 1987.

A expressão orientação sexual é apresentada, antes de mais nada, como sendo da ordem do desejo. Ou seja, ela implica num devir, num vir a ser que aponta em determinada direção, por isto os ativistas gays dizem que «a orientação sexual pode ser homossexual, heterossexual ou bissexual». De certa forma uma contradição, na medida em que o uso da expressão orientação sexual, ao frizar o plano inconsciente, retira as relações entre pessoas do mesmo sexo da noção essencialista presente na idéia da homossexualidade. A orientação sexual acentua o caráter individual e o cuidado de si, na medida em que valoriza o desejo próprio (mesmo que não exista a prática), que é construído socialmente e não o objeto do desejo. Desse modo, a classificação acima supostamente deveria ter desaparecido. Entretanto, as referências simbólicas se superpõem e concorrem entre si.

Desejo e visibilidade

Não se trata de um mero jogo de palavras, pois estas estão imbuídas de significados e precisam ser contextualizadas e levadas a demonstrar os limites a que estão sujeitas. As pesquisas de Jurandir Freire Costa, ao retomarem a conceitualização de Sandor Ferenczi sobre o homoerotismo, conceito anterior ao de homossexualidade, criado no início deste século, alertam para as amarras do discurso que, sem que se perceba, é reproduzido. O homoerotismo é entendido como «uma noção mais flexível e que descreve melhor a pluralidade das práticas ou desejos dos homens same-sex oriented».

No campo político e social observa-se a amplitude da expressão orientação sexual, que possui, por um lado, um aspecto que poderia ser aproximado da noção do homoerotismo, por outro, contribui na afirmação pública do debate introduzido pelo movimento de gays e lésbicas. Importante lembrar que para o movimento organizado, mesmo que haja uma conotação pejorativa na palavra homossexualidade, há também uma manipulação de identidades, como demonstra a pesquisa de Edward MacRae sobre o Grupo Somos/SP. A orientação sexual organiza ainda o debate interno, informado, por exemplo no final dos anos 70 - quando a «bandeira» de luta era a emancipação sexual -, pela dicotomia ou, porque não, pela superposição entre o «ser homossexual» e o «estar homossexual». Há um esforço por parte de alguns indivíduos - que não querem ser aprisionados por uma identidade fixada, por vezes considerada tão sufocante ou mesmo discriminatória quanto a norma heterossexual - em buscar alternativas.

As relações sociais e afetivas mudam porque os indivíduos mudam e podem ser mais produtivos e criativos quando estão bem consigo mesmo. A orientação sexual oferece maleabilidade e ameniza ao longo dos anos o discurso do movimento de gays e lésbicas, proporcionando o aprofundamento das questões individuais e íntimas, como a auto-estima e a alteridade, a convivência com a diversidade. Em outras palavras, a reflexão sobre a orientação sexual organiza simultaneamente a pluralidade e a tolerância na sociedade e no interior do movimento.

O caráter genérico atribuído à orientação sexual abre o diálogo do movimento de gays e lésbicas com outros grupos organizados na sociedade. Grupos de indivíduos que não se identificam com este movimento, mas que podem ser solidários a ele.

A orientação sexual desvincula a abordagem sobre as relações sexuais e afetivas entre pessoas do mesmo sexo da necessidade de busca de uma origem, mesmo que haja uma constante atualização nos campos médico, religioso e jurídico. Continua sendo importante para alguns fazer uma releitura das escrituras e colocar a homossexualidade na pauta das discussões teológicas. Continua sendo importante para outros a descoberta do gene da homossexualidade. Continua sendo importante ainda que se garantam os direitos e liberdades da pessoa. Mas, ao ser utilizada a expressão orientação sexual o enfoque prioritário não é o que explica sua existência, mas que tipo de relações são estabelecidas a partir daí.

Orientação sexual e esfera pública

O processo da Assembléia Nacional Constituinte é um momento exemplar do confronto entre as representações sociais de crime, pecado e doença associados à homossexualidade. Neste momento a demanda do movimento era incluir a orientação sexual como garantia dos direitos civis dos homossexuais no Parágrafo 1º da Constituição Brasileira, após a igualdade por «sexo». A discussão foi jurídica e política, já que visava o reconhecimento dos direitos civis e marcava posição contra a difusão dos preconceitos. Os argumentos conservadores apontavam a demanda do movimento como esgotada na não discriminação por sexo. Assegurar os direitos dos homossexuais seria por em risco uma concepção de família e de educação «corretas», caracterizadas pelos princípios da monogamia e da heterossexualidade. Além disso, seria permitir o incentivo à homossexualidade, um ato contra a natureza. Os argumentos favoráveis, por sua vez, destacam a subjetividade como um componente importante na expressão dos direitos individuais e os referem aos princípios de liberdade e igualdade.

A orientação sexual aparece como um elemento de junção, na medida em que responde ao nível inconsciente, assim como pode ser apresentada na esfera pública, buscando o respeito às individualidades. Nesse sentido, a orientação sexual é múltipla, por isto mesmo

não se confunde com as idéias de opção sexual ou preferência sexual, entendidas como escolhas objetivas, conscientes, racionais. A expressão orientação sexual organiza as referências subjetivas e objetivas, permite que o indivíduo se veja incluído no que ela representa e contribui no processo de subjetivação. Apresenta a demanda do movimento organizado como uma problemática a ser considerada. A orientação sexual consolida o momento da discussão sobre os direitos individuais no interior do movimento e a criação de um lugar simbólico para a expressão pública das relações entre pessoas do mesmo sexo.

Indicações para leitura

COSTA, Jurandir Freire. A inocência e o vício – estudos sobre o homoerotismo.

Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil.

In: Para inglês ver – identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

HILTON, Bruce. A homofobia (medo ou ódio a homossexuais) tem cura? – o papel das igrejas na questão homoerótica. Rio de Janeiro: Ediouro, 1992.

MACRAE, Edward. A construção da igualdade – identidade sexual e política no Brasil da «abertura». Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

SULLIVAN, Andrew. Praticamente normal – uma discussão sobre o homossexualismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.